

PROPOSTA E DESCRIÇÃO DO CURSO

MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Histórico e Contextualização do Programa	1
2. Objetivo Geral do Programa	2
3. Objetivos específicos	4
4. Composição plural e qualificada do Corpo Docente	4
5. Proposta Pedagógica e Metodológica.....	6
5.1. Estrutura Curricular:	6
5.2. Linhas de Pesquisa.....	6
5.3. Estrutura e Matriz Curricular	7
5.3. Projetos de Pesquisa:	8
6. Relevância da produção intelectual.....	14
7. Inserção Social	15
8. Integração com o Curso de Graduação em Direito da EDAP/IDP	16
9. Convênios Nacionais	17
10. Convênios Internacionais:	Erro! Indicador não definido.
9.1. Espanha	17
9.2. Portugal	18
9.3. Estados Unidos	18
9.4. Alemanha	20
9.5. França	20
9.6. Itália	20

1. Histórico e Contextualização do Programa

O IDP foi fundado no ano de 1998 pelos Professores Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco e Inocêncio Mártires Coelho visando tornar-se um centro qualificado de estudo do Direito. Por este motivo, teve o início de sua trajetória institucional como estabelecimento de ensino e pesquisa na área da pós-graduação lato sensu, para em seguida desenvolver-se com a instalação de cursos de pós-graduação stricto sensu e depois com as graduações em Direito e Administração Pública. Em razão da ampliação de perspectivas educacionais, o IDP caminha para se consolidar como um *think tank* independente que busca contribuir para o debate acadêmico acerca das transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil, especialmente problematizando os desafios e tendências ligadas ao setor público.

Mesmo com o elevado quantitativo de agentes públicos, só existem, no Distrito Federal, três cursos de doutorado (IDP, UnB e UniCeUB). Neste cenário, o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Acadêmico em Direito do IDP se consolida visando suprir demandas locais e nacionais de formação em mestrado e doutorado acadêmico em Direito.

O IDP tem investido em ações para consolidar sua primordial função como centro de referência nos estudos em Direito Constitucional. Para isso tem envidado esforços na estruturação de sua pós-graduação stricto sensu, com o início, em 2019, do Doutorado Acadêmico em Direito Constitucional. Com isso, o IDP pretende oferecer pesquisa acadêmica de qualidade voltada à produção original de conhecimento científico, aproveitando sua vasta experiência na área de concentração – o que garante um cenário de estabilidade e evolução para os programas do Instituto, sobretudo em planejamento a longo prazo.

No que toca especialmente ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Acadêmico em Direito (Mestrado e Doutorado Acadêmico), o curso teve início das suas atividades no ano de 2007, após ter sido aprovado pelo Ministério da Educação (Portaria nº. 73 de 17.07.2007, D.O.U. de 19.01.2007). Até o ano de 2019, o Programa titulóu **160 (centro e sessenta) mestres, contando com 14 (quatorze) docentes permanentes**.

Desde sua origem, o programa tem objetivado a formação de discentes com competências e habilidades jurídicas para analisar criticamente os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelas democracias constitucionais contemporâneas, bem como para propor soluções para problemas concretos experimentados pelo Estado de direito brasileiro. Em seus treze anos de funcionamento, o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional do IDP tem obtido resultados significativos no cumprimento de importantes índices de desempenho estabelecidos pela Capes para avaliação dos cursos de pós-graduação em Direito.

É importante mencionar que a última Avaliação Quadrienal conduzida pela CAPES elevou a nota de nosso Programa para 4 (quatro), reconhecendo o trabalho de qualificação que vem sendo realizado com constância e afinco pelo IDP. Em especial, o Programa tem se destacado pelos seguintes pontos (discutidos adiante):

- Aprimoramento contínuo do programa acadêmico e de suas linhas de pesquisa
- Composição plural e qualificada do corpo docente
- Relevância crescente, qualitativa e quantitativa, da produção intelectual
- Inserção social

2. Objetivo Geral do Programa

Em consonância com a missão do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP e com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IDP, o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Acadêmico em Direito visa formar discentes e docentes com competências e habilidades jurídicas para, no âmbito acadêmico e profissional, enfrentar os desafios sociais, políticos e econômicos postos às democracias constitucionais contemporâneas, propondo soluções efetivas para problemas concretos experimentados pelo Estado de Direito e pelo constitucionalismo brasileiro.

Nesse sentido, o corpo docente do Programa procura empreender esforços na formação de novos operadores do Direito capazes de problematizar teorias, observar a realidade social na perspectiva constitucional, dos direitos humanos e da democracia e criar espaços para o diálogo crítico entre a academia e a sociedade.

Para isso, em torno da Área de Concentração “Direito Constitucional”, inserem-se as duas Linhas de Pesquisa intituladas “Processo e Jurisdição Constitucional” e “Direitos e Garantias Fundamentais”. A estruturação dessas linhas atende às diretrizes estabelecidas pela Capes no Documento de Área do Direito, na medida em que elas representam recortes temáticos específicos da Área de Concentração do Programa. De fato, tais linhas permitem o estudo do Direito Constitucional tanto em seu aspecto judicial ou processual como em seu viés político-institucional, sem descuidar do estudo dos direitos e deveres individuais e sociais.

A Linha de Pesquisa “Processo e Jurisdição Constitucional” tem por objetivo estudar e discutir os processos e procedimentos que concretizam e asseguram a estabilidade do texto constitucional. Para tanto, busca pesquisar e refletir acerca da definição dos atores envolvidos nas decisões constitucionais, através do exame de fatores da realidade e dos elementos de outros ramos do saber que condicionam a tarefa de compreender o processo de concretização da Constituição. Essa linha de pesquisa observa a Constituição de uma perspectiva “top-down”, por assim dizer, i.e., observando os processos relativos à manutenção da identidade do texto e da missão constitucional consubstanciada na Carta de 1988.

Já a Linha de Pesquisa Direitos e Garantias Fundamentais, por sua vez, observa a Constituição de uma perspectiva “bottom-up”, vendo como direitos individuais e sociais se concretizam, dando sentido ao texto constitucional. Ela tem por objetivo refletir acerca dos processos de definição e operação dos direitos fundamentais, cuidando de manter a interação dinâmica com a primeira, analisando os elementos doutrinários e jurisprudenciais que movem os debates atuais sobre fixação dos conteúdos dos direitos fundamentais, bem como as vicissitudes da sua aplicação.

Frise-se que as linhas de pesquisa do Programa guardam conexão teórica e temática, apresentando conteúdo diversificado e interdisciplinar, objetivando oferecer um programa curricular que observe o fenômeno constitucional sob o prisma de outras áreas do saber jurídico e das ciências humanas e sociais aplicadas. Essa evolução de abordagem crítica das disciplinas e da organicidade da agenda de ensino e pesquisa visa, também, problematizar o conhecimento produzido no âmbito do Programa e desnaturalizar teses e entendimentos doutrinários e institucionais que impactam na efetivação dos direitos e princípios da Constituição de 1988.

A referida evolução dos eixos temáticos em torno dos quais se estrutura o Programa também convergiu para o agrupamento das orientações de pesquisa, disciplinas e grupos de estudo em torno das duas linhas de pesquisa e de suas áreas de interesse. Essa estruturação orgânica vem sendo constantemente aperfeiçoada para potencialização dos objetivos centrais do Programa. Dessa forma, as disciplinas oferecidas vêm sendo revistas e redistribuídas para melhor adequação ao intuito que motiva essa diferenciação. Estabeleceu-se, ainda, uma distribuição que tende a ser equânime entre as linhas de pesquisa, sob o prisma das disciplinas ofertadas bem como dos projetos de pesquisa e outras atividades desenvolvidas

3. Objetivos específicos

- Oferecer qualificação para docentes e pesquisadores do IDP e de outras instituições privadas, públicas e de ensino superior, para viabilizar o crescimento local e nacional, sobretudo em perspectiva regional.
- Funcionar como centro de estudos e reflexões sobre o Direito Constitucional na perspectiva contemporânea, em dia com as correntes de pensamento do nosso tempo, sem prévias vedações ou dogmatismos, em ambiente propício ao mais livre diálogo de ideias e proposições jurídicas.
- Avançar na integração com a graduação, de forma a construir ambiente acadêmico cada vez mais pulsante e enriquecedor para todos que dele participem.
- Tendo por base o reconhecimento do relevo hierárquico inerente ao sistema jurídico da Constituição, assegurar o domínio de conceitos hermenêuticos e de tomadas de posição em debates sobre os instrumentos e objetivos da interpretação constitucional, bem como a identificação dos atores desse processo e o discernimento das realidades que interferem nos seus afazeres.
- Destacar a interação íntima que a Constituição mantém com os direitos fundamentais, justificando-se por intermédio deles e a eles servindo como meio de tutela e promoção.
- Propiciar uma formação interdisciplinar que permita, de um lado, o diálogo com os demais saberes e, de outro, a disposição para dialogar abertamente com os saberes produzidos em outros campos, notadamente pelas humanidades e por outras ciências sociais aplicadas.
- Fomentar a realização de pesquisas críticas e aplicadas que reflitam real preocupação com as consequências sociais do Direito, sempre de forma integradora e interdisciplinar.
- Desenvolver junto aos alunos habilidades e competências que os capacitem para a vida acadêmica e profissional. Considerando que o Programa possui elevado número de discentes que atuam nas mais diversas carreiras jurídicas, é importante que lhes seja oferecida formação crítica voltada a identificar a complexidade dos principais problemas enfrentados por nossas instituições públicas e privadas.
- Motivar os alunos à produção acadêmica de qualidade, oferecendo subsídios para elaboração e publicação de pesquisas de alto nível.
- Implementar mecanismos eficientes de internacionalização, viabilizando o estudo do direito Constitucional de uma maneira global.
- Elaborar produção científica voltada para a realidade local e regional, e oferecer discussões e reflexões visando o desenvolvimento no âmbito do setor público.
- Desenvolver pesquisas em perspectiva interdisciplinar, sobretudo com as demais áreas do saber do colégio de humanidades e ciências sociais aplicadas.
- Promover a inserção social e acadêmica dos discentes/professores por meio de palestras e outros eventos, sobretudo para estabelecimentos de ensino médio.

4. Composição plural e qualificada do Corpo Docente

O corpo docente permanente do Programa Acadêmico em Direito Constitucional é formado por professores extremamente qualificados que apresentam ricas e diversificadas experiências profissionais. Dentre os seus 14 (quatorze) integrantes, inserem-se pesquisadores e representantes das mais diversas profissões jurídicas, como juízes, membros do ministério

público, advogados e desembargadores ou ministros de tribunais superiores. Essa composição visa enriquecer a perspectiva do programa de pensar criticamente a prática do direito constitucional.

A vasta experiência desses profissionais contribui vigorosamente para o desenvolvimento das atividades do Programa. Além disso, a última Avaliação Quadrienal destacou a presença de professores atuantes não apenas no direito constitucional, mas também em “ciência política, economia, direito público em geral e sociologia”, mostrando não apenas interdisciplinaridade, mas também uma sinergia positiva entre o direito e outras ciências sociais.

Todos os integrantes do corpo permanente possuem qualificação em nível de Doutorado, tendo em média nove anos de titulação. Os docentes apresentam formação diversificada nas mais diversas áreas do Direito (como em Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Privado, entre outros), sendo possível identificar também a presença de professores com formação em outros campos das Ciências Sociais Aplicadas (como Economia), o que contribui para a interdisciplinaridade do Programa.

Sob o aspecto estrutural, verifica-se que o Programa não possui dependência em relação a docentes colaboradores, sendo a oferta de disciplinas e a assunção de orientações concentrada nos membros do corpo permanente. Em especial, destaca-se que todos integrantes do corpo permanente ofertaram pelo menos 1 (uma) disciplina no ano de 2019, sendo residual a participação de docentes colaboradores.

No último quadriênio, também foi possível identificar uma melhoria significativa da contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação. Nesse sentido, foram adotadas medidas para garantir que todos os professores permanentes do Programa de Mestrado/Doutorado lecionem e/ou orientem também na graduação, além de manterem grupos de pesquisa que integrem alunos de todos os níveis.

O elevado grau de conexão entre pós-graduação e graduação também pode ser constatado pela liderança, pelos docentes permanentes do Programa Acadêmico, de grupos de pesquisa devidamente cadastrados na CNPq. Esses grupos são organizados de modo a permitir a participação de alunos de todos os níveis de formação – Graduação, Pós-graduação lato sensu e Mestrado/Doutorado – o que propicia intensa troca de experiências, dentro do modelo de formação continuada adotada pelo IDP (os Grupos de pesquisa e seus respectivos projetos, componentes e produções estão discriminados no documento Proposta Curricular).

Lista de Docentes do PPGD

André Luís Callegari	http://lattes.cnpq.br/8717437776868647
Carolina Costa Ferreira	http://lattes.cnpq.br/5101049656368655
Celso de Barros Correia Neto	http://lattes.cnpq.br/1024189106977588
Danilo Cesar Maganhoto Doneda	http://lattes.cnpq.br/1757295619025058
Fabio Lima Quintas	http://lattes.cnpq.br/8906678754125747
Georges Abboud	http://lattes.cnpq.br/6875491422396259
Gilmar Ferreira Mendes	http://lattes.cnpq.br/2762195692762798

Grace Ladeira Garbaccio	http://lattes.cnpq.br/4891035484304681
Ilton Norberto Robl Filho	http://lattes.cnpq.br/6850075090457033
João Paulo Bachur	http://lattes.cnpq.br/0918336197511464
Jose Roberto Rodrigues Afonso	http://lattes.cnpq.br/6297334841318823
Laura Schertel Ferreira Mendes	http://lattes.cnpq.br/6210487847571233
Luiz Rodrigues Wambier	http://lattes.cnpq.br/6038245889031645
Marilda de Paula Silveira	http://lattes.cnpq.br/3014602889736113
Osmar Mendes Paixão Côrtes	http://lattes.cnpq.br/0732893752787600
Paulo Gustavo Gonet Branco	http://lattes.cnpq.br/5853033275390155
Rafael Silveira e Silva	http://lattes.cnpq.br/1101296312661229
Roberto Freitas Filho	http://lattes.cnpq.br/0578771989465277
Vinicius Gomes de Vasconcellos	http://lattes.cnpq.br/9628659956663949

5. Proposta Pedagógica e Metodológica

5.1. Estrutura Curricular:

A evolução dos eixos temáticos em torno dos quais se estrutura o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado Acadêmico) do IDP convergiu para o agrupamento das orientações de pesquisa, disciplinas e grupos de pesquisa em torno de duas linhas do Programa.

Tais eixos se distribuem de acordo com a ênfase dos estudos entre o domínio da compreensão das instituições do Estado Democrático de Direito brasileiro, responsáveis pela tomada de decisões constitucionais, sejam os poderes da República, sejam os entes da federação, com um olhar especial sobre a função da jurisdição constitucional, tanto em seu aspecto procedimental quanto no que concerne ao seu papel institucional e ao seu relacionamento com as demais funções do Estado, por um lado, e nos aspectos materiais, voltados à proteção e à promoção dos direitos e garantias fundamentais, sem descuidar dos deveres fundamentais a eles relacionados, por outro. As visões que integram essas vertentes compõem o núcleo comum às duas linhas de pesquisa, que abrange a noção do Direito Constitucional em suas dimensões normativa, político-institucional e sociológica.

5.2. Linhas de Pesquisa

A Linha de Pesquisa Processo e Jurisdição Constitucional engloba as discussões acerca da concretização dos princípios constitucionais, do controle de constitucionalidade desde o ponto de vista institucional até o dos procedimentos empregados, da relação entre o poder judiciário e os demais poderes instituídos, bem como das relações federativas e do estudo do Estado de Direito e da qualidade da democracia brasileira. Enquanto materialmente o direito constitucional tem por base a efetiva concretização das disposições previstas pelo Poder Constituinte, sob o prisma procedimental o processo e os atores envolvidos na construção de decisões constitucionais fornecem o aparato necessário para que se atinjam os fins do sistema constitucional. Desse modo, o longo caminho que se inicia na máxima teórica da supremacia do texto constitucional e encontra fim na realidade, ou no chamado caso concreto, é percorrido de

modo a atribuir significado, aplicabilidade e força à Constituição. Nesse processo, todos os poderes instituídos e todos os entes da federação têm um papel a cumprir, em nichos previamente estabelecidos pelo próprio texto constitucional. Como esses poderes se relacionam entre si, buscando equilíbrio entre suas forças e controle mútuo de suas ações, enquanto perseguem o fim comum da defesa da Constituição, é questão fundamental que abarca a problemática da delimitação das atribuições propostas pelo texto constitucional, não apenas entre os poderes do Estado, mas também entre seus entes.

A Linha de Pesquisa Direitos e Garantias Fundamentais envolve uma ampla gama de reflexões acerca do conceito, características e aplicabilidade dos direitos fundamentais. Ela destaca o processo histórico que levou à introdução dos direitos e garantias na seara constitucional, e a evolução gradual que os elevou ao epicentro do sistema jurídico. A definição de quais direitos merecem o status de fundamentais, o alcance a ser dado às garantias constitucionais e como lidar com a colisão entre tais direitos são questões que regem o próprio sistema constitucional. O judiciário, enquanto guardião da Constituição, certamente ocupa papel fundamental nessa seara, mas com igual relevância frisa-se a participação dos demais poderes instituídos. Todos os direitos fundamentais gozam da proteção estatal, que por vezes termina no Judiciário, mas com igual certeza inicia-se com as ações do Legislativo e, também, do Executivo. Assim, a problemática da delimitação do direito fundamental – especialmente quando pautada pelo encontro com a seara de outro – diariamente enfrentada pelo judiciário, apresenta igual desafio aos demais poderes, na criação e aplicação de políticas públicas.

5.3. Estrutura e Matriz Curricular

Número mínimo de disciplinas: 4 (quatro) obrigatórias para todos os alunos, além dos créditos relativos à dissertação; 7 (quatro) outras disciplinas referentes às linhas de pesquisa.

Carga horária mínima: 450 horas/aula (englobando carga horária de disciplinas, 360hs, e de elaboração de dissertação, 90hs).

a) Disciplinas obrigatórias Gerais:

- Constituição e Relações privadas - 40h/a
- Estado, Democracia e Sociedade - 40 h/a
- Métodos de Pesquisa Jurídica - 40 h/a
- Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais - 40 h/a

b) Disciplinas atreladas às Linhas de Pesquisa:

Linha de Pesquisa 1: Processo e Jurisdição Constitucional

- Constituição, Poder e Diálogos Institucionais
- Teoria da Constituição e da Jurisdição Constitucional
- Federalismo Fiscal Brasileiro
- Processo Constitucional Brasileiros: dilemas constitucionais e democráticos do processo civil

- Uniformização da Jurisprudência e a Realização do Papel Constitucional das Cortes Superiores
- Dilemas da Autonomia Privada no Direito Comparado
- O Novo Processo Civil brasileiro no contexto da Constituição Federal de 1988
- Partidos Políticos, Corrupção e Integridade
- Regime Administrativo Sancionador
- Desafios do Direito Constitucional Contemporâneo entre o Positivismo e o Neopositivismo
- Direito Processual Constitucional
- Estado Brasileiro e Ordem Econômica no Século XXI

Linha de Pesquisa 2: Direito e Garantias Fundamentais

- Estado Democrático de Direito e Efetividade dos Direitos Sociais
- Direito Constitucional Internacional e Direitos Fundamentais
- Ativismo Judicial e Direitos Fundamentais
- Paradigmas Criminológicos e Movimentos Político-Criminais no Brasil
- Processo e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais
- Responsabilidade Civil na Ordem Constitucional
- Direito Penal Econômico Contemporâneo
- Direitos da Personalidade, Sociedade da Informação e Novas Tecnologias
- Ordem Econômica, Concorrência e Constituição

c) Qualificação:

O Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional institucionalizou a obrigatoriedade da realização de qualificação após o cumprimento dos créditos e pelo menos um semestre antes do final do prazo para a defesa do trabalho (isto é, entre o 14º e o 18º mês do mestrado e no 28º e o 30º do doutorado). A banca é composta por dois professores, recomendando-se a participação de especialistas no tema da pesquisa. A experiência tem mostrado excelentes resultados por ocasião das defesas de dissertações que passaram por banca de qualificação.

5.3. Projetos de Pesquisa:

A preocupação do IDP está em integrar todas as frentes acadêmicas às linhas de pesquisa do programa, sejam os projetos de pesquisa desenvolvidos conjuntamente por docentes e discentes, sejam as disciplinas ministradas na graduação. Todos os projetos de pesquisa desenvolvidos contam com a participação de professores permanentes do Programa, alunos do

mestrado e doutorado, da pós-graduação lato sensu e da graduação, garantindo a integração entre os diferentes eixos de ensino.

A. Projeto: Financiamento e Gestão de Políticas Sociais

Descrição: O equilíbrio entre repartição de recursos e de responsabilidades na área social é um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos em regimes federativos como o brasileiro, onde a existência de acentuadas desigualdades regionais e sociais sobrepõe-se às conhecidas dificuldades financeiras do Estado.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

B. Projeto: O Controle do Endividamento Público

Descrição: O foco da atenção dispensada a este tema deve abranger esta dimensão do problema, buscando avaliar as possibilidades de serem adotadas soluções que inibam os excessos de endividamento, a partir de instâncias externas de controle sobre a administração local e de uma maior transparência das decisões de endividamento, que permitam ao contribuinte exercer algum poder de pressão sobre os seus governantes.

C. Projeto: Regulação e Mercados

Descrição: Busca-se definir os espaços de atuação de agências federais, estaduais e municipais, construir um relacionamento que evite conflitos de jurisdição, estabelecer regras claras a respeito, e criar um clima de respeito mútuo e de entendimento. O trabalho sobre este tema estará voltado para fornecer algumas sugestões de reorganização institucional e de procedimentos necessários ao bom funcionamento da regulação na federação.

D. Projeto: Constitutional Law & Political Science Group

Descrição: The Constitution of a democratic rule of law is its supreme law, and its aim is to regulate the status of political power and the fundamental rights of its citizens. Its approval is, thus, the highest manifestation of sovereignty and political unity of a people. A law of such high importance and in which are deposited the " game rules " of the political system requires, in most states, high stability. For that reason, its formal amendment is processed through special, solemn and demanding constitutional review processes, requiring broad consensus among political forces, and involving qualified majorities for approval. However, besides these formal review processes, informal changes are recorded in the Constitution operated through the courts interpretation, through customs and political practices and through the influence of supranational European Union law, from which mutations occur in such a way that the normative text starts existing with a different meaning or with the lack of effectiveness of some rules. The vital importance of informal changes to the Constitution at the present time relates to the need to find a solution to a major dilemma: - Without them, the Constitution tends to lapse and

confine itself to the political and social reality where it is applicable, without fulfilling its integrative function of pluralistic diversity; - Due to certain mutations which derogate the Constitution and add new rules, the fundamental law changes apart of the political consensus, the established formal rules and the popular will, generating silent transitions and whose voidity and legitimacy are questionable. Today informal mutations are an unavoidable reality but still not widely discussed. The central objective of this research is to think of the difficult situations that the unspoken mutations cause and devising the limits of its political and legal admissibility.

Prof. Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco

Projeto: Definição conceitual e aplicação pela Jurisprudência do STF do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Descrição do projeto: A importância prática do princípio da dignidade da pessoa humana vem gerando relevantes controvérsias em torno da sua utilidade e mesmo da viabilidade de se cogitar de um direito fundamental à dignidade. As coordenadas técnicas e filosóficas em que o tema da dignidade humana se multiplica tornam o seu exame imprescindível, visando a construção de um sentido controlável. Nesse contexto, o grupo estuda o trato desse princípio na jurisprudência brasileira.

Prof. Dr. José Roberto Afonso

Projeto: Poupança e Previdência Complementar no Brasil

Descrição: Objetivo da pesquisa é o desenvolvimento de um estudo técnico para subsidiar a proposição de medidas que visem à consolidação e expansão do sistema de previdência privada complementar e da poupança no Brasil.

Prof. Dr. Roberto Freitas Filho

Projeto: Decisões do Supremo Tribunal Federal no controle judicial de políticas públicas prestacionais de saúde e educação.

Descrição: A partir do postulado de que há uma mudança relativamente recente na atuação do Poder Judiciário em relação à teoria tradicional sobre os limites de apreciação das questões políticas, a pesquisa que ora se propõe visa: 1. Verificar quais os limites de atuação do STF em relação aos aspectos de construção de regras para o funcionamento dos sistemas que permitem a oferta de serviços de saúde e de educação, objeto de atuação do Poder Executivo e questão tradicionalmente fora do escopo de apreciação do Judiciário. Para tanto, identificar-se-á quais são os casos em que o Supremo Tribunal Federal - STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, entende que há discussão sobre conflitos envolvendo o tema das políticas públicas prestacionais de saúde e educação. 2. Identificar e compreender os elementos componentes da retórica de justificação da possibilidade de controle judicial de políticas públicas prestacionais pelo Judiciário, argumentos constantes das decisões do STF em relação às políticas de saúde e educação. 3. Produzir reflexão prescritiva sobre os limites desejáveis do controle da execução

das políticas públicas prestacionais pelo Executivo, tendo em vista o arranjo institucional do Estado brasileiro.

Profa. Dra. Carolina Costa Ferreira

A. Projeto: Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário

Descrição: Levantamento sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no sentido de identificar prática e resultados de acordos ou sentenças, quais são mais favoráveis a que o agressor não venha a reincidir no crime de violência doméstica, buscando identificar o recidivismo frente a lei, comparando práticas restaurativas e retributivas.

B. Projeto: Audiência de Custódia, Prisão Provisória e Medidas Cautelares - Obstáculos Institucionais e Ideológicos à Efetivação da Liberdade como Regra

Descrição: A pesquisa se propõe a investigar os elementos estruturais e ideológicos que fomentam o uso abusivo da prisão provisória no Brasil, mais especificamente em seis estados da Federação: Tocantins, Alagoas, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Para tanto, buscará identificar quais as modificações implementadas em cada um dos seis estados pesquisados, no âmbito do Poder Judiciário, para a implementação das audiências de custódia e das medidas cautelares no processo penal. Também será analisada a percepção dos operadores jurídicos envolvidos com a implementação das audiências sobre suas potencialidades, assim como sobre as dificuldades para a sua implementação.

C. Projeto: Audiências de Custódia

Descrição: Em abril de 2015, o IDDD firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ) com o objetivo de conjugar esforços para viabilizar a implementação do “Projeto Audiência de Custódia”. Essa cooperação técnica acontece em âmbito nacional e cabe ao IDDD, enquanto organização da sociedade civil, exercer o acompanhamento, a análise e o monitoramento do projeto, visando a avaliar seus impactos, coletar dados e sinalizar seu impacto no sistema de justiça criminal brasileiro. Em São Paulo, estado que possui a maior população carcerária do país (220 mil pessoas segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, com dados referentes a junho/2014), o IDDD monitorou a realização das audiências de custódia entre fevereiro e julho de 2015 para observar os seus mecanismos de funcionamento e coletar dados e informações relevantes para a avaliação do projeto.

D. Projeto: CNJ Acadêmico - Descarcerização e Sistema Penal: a construção de políticas públicas de racionalização do poder punitivo

Descrição: Projeto financiado pela CAPES, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, realizado pelo GCCrim/UnB em conjunto com o Núcleo de Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de

Segurança (UFPE), coordenado pelo Prof. José Luiz Ratton, e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (PUCRS), coordenado pelo Prof. Rodrigo Azevedo. A Coordenação-Geral da pesquisa é de responsabilidade do Prof. Rodrigo Azevedo. O objetivo da pesquisa é discutir alguns movimentos de descarcerização do sistema penal. Pretende-se realizar diagnóstico nos planos fático e normativo a respeito da prisão provisória, da aplicação de penas alternativas, da utilização do monitoramento eletrônico de presos e das principais reformas legais em tramitação no Congresso Nacional, para identificar dinâmicas descarcerizantes em cada uma destas dimensões, desde o processo de criminalização primária até a execução penal. A pesquisa envolverá a coleta de dados quantitativos e pesquisas qualitativas, utilizando análise de discurso, surveys e análise estatística.

Prof. Dr. Ilton Norberto Robl Filho

A. Projeto: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA NOS ÂMBITOS SUBNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE D

Descrição: O Poder Judiciário possui um papel de relevo no Estado Democrático de Direito. O modelo (tipo) de Estado Democrático de Direito é composto por dois elementos estruturais em constante relação e tensão: a democracia, de um lado, e a limitação do poder e a garantia dos direitos, por outro lado (ABENDROTH, FORSTHOFF, DOEHRING, 1986; CANOTILHO, 1999; COSTA, 2006; NOVAIS, 2006, O'DONNELL, 1998). A democracia constitui-se, em linhas gerais, na soberania popular, sendo o poder exercido de maneira direta pelos cidadãos e/ou pelos representantes populares. A fórmula de construção democrática por excelência constitui-se na regra da maioria. Por sua vez, o Estado de Direito constitui-se em uma concepção estatal que prima pela limitação do poder e pela garantia dos direitos e, em especial, dos direitos humanos e fundamentais. Esse modelo estatal acredita que qualquer poder, até o democrático, deve possuir alguns limites, os quais são materiais e procedimentais. No âmbito material, há relações e situações que devem ser promovidas e garantidas como a liberdade, a igualdade e a dignidade. Ainda, no Estado de Direito, os órgãos e os agentes estatais necessitam seguir um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos. Os direitos fundamentais constituem-se tanto em limites materiais como em limites formais. O direito geral à liberdade proíbe que se restrinja, sem uma razão constitucional, a liberdade dos cidadãos. A garantia do devido processo, por sua vez, permite a intervenção do Estado sobre a vida e o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas desde que seguidas as regras processuais pertinentes. Desse modo, no século XXI, o Poder Judiciário tanto no âmbito interno (subnacional e nacional) como regional exerce importantes funções no Estado Democrático de Direito como i) fiscalizar se a utilização do poder estatal pelos agentes e órgãos estatais encontra-se em conformidade com a legalidade constitucional e a democracia, ii) zelar pelo respeito e pela promoção dos direitos fundamentais pelo Estado e pelos particulares e, nos Estados Federais, iii) garantir a delimitação das competências entre os entes federativos previstas na Constituição Federal e resolver conflitos de competências entre os membros da Federação. Assim, este projeto de pesquisa analisará se o Tribunais de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana, por meio das suas jurisprudências, cumprem as funções do Poder Judiciário na estrutura do Estado Democrático de Direito.

B. Projeto: Controle Judicial no Estado Democrático de Direito: o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça

Descrição: Este Projeto de Pesquisa analisará o controle judicial no Estado Democrático de Direito brasileiro. Trata-se de pesquisa que observará o controle judicial em uma dupla perspectiva: i) controle que o Poder Judiciário exerce sobre o Estado, a sociedade civil e os cidadãos por meio do controle judicial de constitucionalidade e ii) controle interno e externo sobre o Poder Judiciário. Para enfrentar o tema do controle judicial no Estado Democrático de Direito, serão estudadas a maneira pela qual o Supremo Tribunal Federal exerce o controle concentrado de constitucionalidade e as consequências políticas e jurídicas desse controle, fazendo o levantamento empírico de todas as decisões do STF no controle concentrado a partir de 1988. Também será observado como o CNJ utiliza suas competências constitucionais para promover o controle do Poder Judiciário. Desenvolver-se-ão as concepções teóricas sobre o Estado Democrático de Direito e da accountability neste projeto, utilizando-se ainda os estudos empíricos do Direito e uma nova visão do Direito Comparado Constitucional nesta pesquisa.

C. Projeto: Jurisdição constitucional e democracia

Descrição: Após longo processo de redemocratização iniciado em 1985, inúmeros desafios teórico-práticos ainda se apresentam no campo jurídico brasileiro. Passados mais de 23 anos da promulgação da vigente Constituição, questões como a concretização de Direitos Fundamentais, o Ativismo Judicial, a eficácia de garantias fundamentais e os limites dos poderes em uma democracia constitucional assumem contornos de extrema relevância em função do déficit de efetividade que tais demandas ainda apresentam. Tal cenário, muito presente em sociedade de modernidade tardia, como o Brasil, engendra uma crise paradigmática de dupla face: por um lado, paradigmática, com a não superação dos elementos centrais do modelo positivista, refratário às demandas de uma sociedade complexa e pluralista; e, de outro lado, a crise dos modelos interpretativos baseados em velhos esquemas da filosofia da consciência. Tudo isso resulta no contexto atual, marcado pela baixa constitucionalidade que se produz (e reproduz) na prática do direito, em sua difusão dogmática e no seu modelo de ensino. É a partir da reflexão, encetada a partir do marco teórico do Neoconstitucionalismo, que emerge a centralidade contemporânea dos fenômenos da Jurisdição Constitucional e da democracia. Desta reflexão maior emergem questões de suma importância para a consolidação democrática (pós-1988), tais como: i) problemas sobre o acesso à justiça, ii) impasses em relação às garantias fundamentais no processo penal, iii) a formação de uma tutela efetiva dos Direitos Fundamentais e Difusos em face da transnacionalidade que afeta o campo do jurídico global. Trata-se de projeto vinculado ao grupo de pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia, do projeto de mestrado em Direito da UPF.

D. Projeto: Democracia e Direitos Humanos: Novas Abordagens Metodológicas e Teóricas para Repensar o Direito e a Política.

Prof. Dr. Sérgio Antônio Ferreira Victor

Projeto: Jurisdição Constitucional Democracia e Direitos Fundamentais.

Profa. Dra. Laura Schertel Ferreira Mendes

Projeto: Centro de Estudos de Direito, Internet e Sociedade

Proposta/objetivos: A edição do novo marco normativo da internet (Lei n. 12.965/2014) representou importante passo para o desenvolvimento da sociedade da informação no país. O momento encerra desafios relacionados ao processo de implementação das novas regras instituídas pelo marco civil e o fato de condição de norma mínima, insuficiente diante de todo o dinâmico processo de transformação das novas tecnologias da informação e seus efeitos nos setores da sociedade, inclusive no plano global. Como forma de endereçar estes desafios, o IDP propõe a construção de um espaço acadêmico que contribua com o processo de implementação do novo marco legal e com propostas para os desafios jurídicos da sociedade da informação em constante transformação. O espaço acadêmico será institucionalizado na criação de um Centro de Estudos de Direito, Inovação e Sociedade - CEDIS -, que desenvolverá três linhas de pesquisa relacionadas aos desafios jurídicos, econômicos e sociais decorrentes da sociedade da informação.

Professor Dr. João Paulo Bachur:

Projeto de Pesquisa “Aspectos qualitativos do presidencialismo de coalizão”

Descrição: O presidencialismo de coalizão tem sido estudado do ponto de vista de sua eficiência na aprovação de medidas legislativas propostas pelo poder executivo. Há, contudo, aspectos qualitativos - tipos de medidas, prazo de aprovação e emendas aceitas. O objetivo desse projeto é sistematizar variáveis qualitativas do presidencialismo de coalizão desenhado pela Constituição Federal de 1988.

Projeto de Pesquisa: “Teoria crítica e transformação social”

Descrição: O projeto investiga vertentes teóricas não tradicionalmente alinhadas à teoria crítica de matriz frankfurtiana - teoria do discurso, teoria de sistemas sociais, pós-estruturalismo - mas que podem ser lidas em seu aspecto crítico, naquilo que podem colaborar com a transformação social.

6. Relevância da produção intelectual

Nos últimos anos a preocupação com a produção intelectual de alto nível se tornou uma constante no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional do IDP. Nesse sentido, diversos mecanismos de estímulo à produção docente e discente foram adotados, como o estabelecimento de metas de produtividade focada na publicação em periódicos classificados como A1, A2 e B1 (A1, A2, A3 e A4, no Novo Qualis), a fim de reorientar a produção do corpo docente (de livros para periódicos double blind). Ademais, foram desenvolvidas modalidades de

acompanhamento dessa produção, sempre visando o aprimoramento dos corpos docente e discente como um todo.

A conjugação de diferentes mecanismos de fomento resultou em uma melhoria evidente e progressiva do nível qualitativo e quantitativo da produção intelectual do corpo docente. As produções dos docentes do programa foram veiculadas em periódicos consagrados nos respectivos campos do Direito, o que evidencia o protagonismo dos docentes do corpo permanente no processo de difusão do conhecimento jurídico a nível nacional e internacional.

O estabelecimento de metas de produtividade se associou a implantação de três iniciativas de apoio: i) o Programa de Apoio à Produtividade Docente, no qual a Coordenação do Programa concede auxílio financeiro para apresentação de trabalhos, participação em congressos científicos e subsídio para organização de eventos por parte dos nossos grupos de pesquisa do mestrado e doutorado e ii) o Programa Institucional de Assistência de Pesquisa, projeto que se fundou na seleção de alunos do IDP para realizar, sob supervisão de professor do programa, discussões coletivas, como fim de sistematizar encontros de grupos de estudo e coordenar pesquisas; iii) o Programa de Pesquisadores Institucionais, projeto que congrega mestrandos e doutorandos que têm acompanhado os docentes e discentes da casa em seus projetos acadêmicos com o fito não apenas de auxiliar na realização destes projetos, como ainda de colaborar, academicamente, com a formação dos discentes.

No que tange às publicações de livros, o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional do IDP é o único Programa de pós-graduação brasileiro que mantém uma linha editorial própria em parceria com umas das maiores editoras jurídicas brasileiras, a Editora Saraiva. Nos últimos dois anos (2017-2018) o IDP publicou 25 (vinte e cinco) obras da Série IDP/Saraiva. Desse total, algumas obras foram escritas ou organizadas por docentes do programa.

Além do aprimoramento dos níveis de produção bibliográfica, também foi possível evidenciar um aumento significativo da produção técnica dos membros do corpo docente permanente no último quadriênio. Na realidade, trata-se de aumento não puramente quantitativo, mas também qualitativo. A natureza das produções técnicas lançadas evidencia que os docentes do Programa têm se engajado em atividades relevantes para a sociedade.

O esforço se consubstancia com a finalidade de recuperar conceitos para compreensão das origens e do processo de desenvolvimento de nossa cultura jurídica. Temas essenciais para aprofundamento histórico da análise da área de concentração do Programa – o Direito Constitucional.

7. Inserção Social

A forte inserção social do Programa Acadêmico em Direito Constitucional do IDP pode ser percebida, sobretudo, (i) na integração de seus egressos em diversas carreiras jurídicas e em programas de Doutorado, (ii) no impacto das publicações do seu corpo docente e (iii) na integração com outros programas de pós-graduação e centros de pesquisa, por meio da realização de eventos conjuntos e de outras atividades .

O Programa tem se mostrado exímio indutor do processo de formação do pensamento jurídico do Distrito Federal e das regiões vizinhas, funcionando como um espaço de excelência para

reflexões, debates e construção de conhecimentos. Nos últimos anos, foi possível verificar, dentre os alunos matriculados no Mestrado Acadêmico em Direito, membros da Advocacia Geral da União, advogados privados com participação ativa em Comissões da OAB, Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Assessores Parlamentares, Promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Juizes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Auditores Fiscais, Professores Universitários e servidores públicos de órgãos dos três Poderes.

O Programa também vem acolhendo no seu quadro de discentes professores de Instituições de Ensino Superior localizadas em regiões com escassez de vagas em cursos de Mestrado e Doutorado, interessados na qualificação acadêmica. Há expressivo fluxo de alunos residentes na região Nordeste e em outros estados da região Centro-Oeste, ambas carentes em número de vagas na pós-graduação stricto sensu. Até porque, diante de sua situação geográfica, o Programa acaba se destacando por sua forte inserção regional, consolidando o IDP como centro de excelência nacional para a pesquisa em direito constitucional. Os egressos do Programa em Direito do IDP vêm ministrando aulas em diversas instituições de ensino brasileiras e estrangeiras, demonstrando a projeção das lições aprendidas no IDP.

O Programa também está adotando medidas importantes de estímulo à continuidade dos estudos. Assim, procura-se ajudar os egressos do Programa a seguirem adiante e cursarem o doutorado (e pós-doutorado) nas mais diversas instituições, seja por meio de convênios já existentes, seja por meio da celebração de novas parcerias, bem como está se preparando para incluir no corpo discente seus alunos de graduação. Assim, a integração entre os níveis de ensino revelar-se-á mais intensa e o ambiente acadêmico será enriquecido cada vez mais.

Por fim, a inserção social do programa também pode ser positivamente avaliada tendo em vista os diversos eventos e as diversas atividades desenvolvidas pela EDAP em parceria com centros de estudos, Instituições de Ensino Superior e órgãos e entidades públicas. Esses eventos propiciam a integração com outros programas de pós-graduação e com comunidade de um modo geral.

8. Integração com o Curso de Graduação em Direito da EDAP/IDP

O Curso de Graduação em Direito da EDB foi autorizado no ano de 2010 e iniciou suas atividades em 14 de fevereiro de 2011. Desde então, tem-se feito presente o cuidado em integrar as atividades de Graduação e Mestrado, segundo uma concepção pedagógica que estimule a formação continuada dos estudantes e propicie a constante troca de conhecimentos e experiências entre alunos e professores dos diferentes níveis de formação, nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2017, empenharam-se esforços para que todos os professores permanentes do programa de mestrado do IDP estivessem envolvidos com as atividades da graduação, desde a participação de graduandos nos grupos de pesquisa que lideram, até o oferecimento de aulas regulares e orientações de trabalhos de conclusão de curso. Em 2018, igualmente houve esta

preocupação, sendo perceptível um aumento da integração dos professores de pós graduação com os alunos de graduação.

Em 2017 há o montante de 14 professores egressos do mestrado ministrando aulas na graduação, em variados semestres e áreas do curso de graduação. Em relação ao ano de 2018, além dos consolidados egressos que participaram no ano de 2017, a graduação ainda pode contar com a presença de 08 professores doutores e permanentes do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu*. Além disso, a Instituição conta com, ao menos, 09 grupos de pesquisa que são liderados por professores doutores e visam a integração de alunos da pós-graduação e da graduação, gerando um impacto importante para a integração dos discentes de diferentes níveis de ensino.

Os professores permanentes contribuem igualmente para o fortalecimento do ensino e da pesquisa no âmbito da graduação, tendo em vista que desenvolvem atividades de orientação e avaliadores em bancadas de Trabalhos de Conclusão de Curso. No período compreendido entre 2017 e 2018, os docentes participaram em mais de 11 bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso, em suas diferentes modalidades.

Uma das perspectivas para fomentar uma integração ainda maior entre os níveis de ensino é a de expandir a participação dos docentes, considerando uma formação continuada aos discentes que finalizam a graduação e se preparam para a inserção em cursos de pós graduação.

9. Convênios Nacionais e Internacionais

O IDP mantém intenso intercâmbio acadêmico com inúmeras Instituições de Ensino e Programas de Pós-graduação *stricto sensu* brasileiros e estrangeiros. Ao longo dos anos, por meio de suas parcerias, promoveu diversos debates sobre as questões mais atuais da Ciência do Direito, por meio de palestras, seminários e Congressos. Neles, o Programa tanto recebe como envia seus professores e alunos para que o conhecimento seja discutido e difundido nas diversas regiões do país e no exterior. Também promove cursos e pesquisas envolvendo alunos e professores de diferentes instituições, em uma constante e enriquecedora troca de experiências.

9.1. Espanha

Universidade de Granada, Espanha

Convênio de Cooperação Técnica, Científica e Cultural firmado entre o IDP, a Universidade de Granada e a Fundação Peter Häberle.

Objeto: Cooperação para o estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividade de ensino e pesquisa, intercâmbio de alunos, pesquisadores e professores, publicação compartilhada de artigos jurídicos (publicações discriminadas no documento Intercâmbios). Apoio, assessoramento, assistência técnica, estudos e intercâmbio de experiências em matéria de análises e avaliação de sistemas de federalismo fiscal; organização de seminários, cursos, realização de projetos de pesquisas conjuntos em matéria de finanças públicas. Data de vigência: 30/04/2017

9.2. Portugal

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – Portugal.

Objeto: Estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa, publicação de obras coletivas, realização de Congressos e Seminários e intercâmbio de docentes e pesquisadores visitantes das respectivas instituições.

Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Universidade de Lisboa - Portugal

Convênio Acadêmico Internacional celebrado entre o IDP e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas – ICJP (Universidade de Lisboa).

Objeto: Estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa, publicação de obras coletivas, realização de Congressos e Seminários e intercâmbio de docentes e pesquisadores visitantes das respectivas instituições.

B - Publicações: Professores, alunos e egressos do Programa de Mestrado publicaram artigos científicos da Revista de Direito Brasileiro, editada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Data de vigência: 12.11.2020

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Objeto: Participação do IDP como membro da Aliança para o conhecimento, programa do Erasmus Mundus. Especificações: Parceria entre faculdades de direito para realização de eventos, de rede internacional permanente para o sistema de gerenciamento da justiça; criação de encontro anual “Prática Judiciária e administração do sistema de justiça”; publicação de e-books como produtos da conferência anual; publicação de boas práticas de administração da justiça. Convênio para a realização de cursos, intercâmbios, seminários e pesquisas. Data de vigência: indeterminado.

9.3. Estados Unidos

Universidade do Texas, EUA

Memorando de entendimento entre o IDP e a Universidade do Texas, em Austin.

Objeto: incentivar as visitas recíprocas do corpo acadêmico de ambas as instituições para participar em programas de ensino, pesquisa, conferências e atividades culturais conjuntos; definir e executar os procedimentos necessários para a admissão de alunos pela outra parte; encorajar o intercâmbio de artigos científicos, publicações e outra informação; preparar os necessários programas e acordos preliminares às formas específicas de cooperação. Data de vigência: indeterminado

Pennsylvania State University (PSU)

Convênio de cooperação acadêmica entre o IDP e a Pennsylvania State University (PSU)

Objeto: Cooperação para o estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividade de ensino e pesquisa, intercâmbio de alunos, pesquisadores e professores, publicação compartilhada de artigos jurídicos. Data de vigência: 07/05/2018.

American University, Washington College of Law (WCL)

Objeto: Convênio para a realização de cursos, intercâmbios, seminários e pesquisas. Data de vigência: 01/07/2018.

George Mason University – Antonin Scalia Law School

Objeto: Promover a participação de pesquisadores, alunos e professores em cursos ofertados por essas instituições e em projetos de pesquisas desenvolvidos conjuntamente. Data de vigência: 31.12.2018.

University of California, Berkley (UC Berkley)

Objeto: Estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa, intercâmbio de alunos, pesquisadores e professores, assim como a publicação compartilhada de artigos jurídicos. Programa de Intercâmbio (Berkeley International Study Program - BISP): somente intercâmbio. Data de vigência: 07/04/2020.

University of California, Davis School of Law

Objeto: Convênio para a realização de cursos, intercâmbios, seminários e pesquisas. Participação de estudantes de direito do IDP ou advogados em Programas de Verão; Pesquisa colaborativa, podendo gerar conferências, Publicações e traduções; colaboração de cursos online; programas de graus de colaboração; outros interesses e programas acadêmicos. Data de vigência: 20/08/2019.

Steinbeis School of International Business and Entrepreneurship (SIBE)

Objeto: Cooperação acadêmica e intercâmbio entre as instituições; Pesquisa em colaboração; publicações de traduções e estudos comparativos; curso online de colaboração; participação de estudantes brasileiros em programas de educação executiva; programas de graus colaborativos; intercâmbio de conteúdos para educação executiva; visitas técnicas envolvendo práticas de negócios; desenvolvimento de estudos de práticas internacionais (benchmarking) em educação executiva, inovação, liderança, estratégia, internacionalização; organização de conferências, seminários; outros programas acadêmicos. Data de vigência: 18.10.2019.

9.4. Alemanha

Rede de Cooperação Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung (DLJV): Universität zu Köln (Universidade da Colônia); Humboldt-Universität zu Berlin (Universidade de Humboldt-Berlin); Universität Heidelberg (Universidade de Heidelberg); Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Universidade de Münster). Data de vigência: indeterminado.

Fachhochschule für öffentliche Verwaltung des Landes Nordrhein-Westfalen. NRW - FHöV NRW.

Objeto: Estabelecimento e desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa, intercâmbio de alunos, pesquisadores e professores, assim como a publicação compartilhada de artigos jurídicos. Data de vigência: indeterminado.

Steinbeis School of International Business and Entrepreneurship (SIBE) Convênio para a realização de cursos, intercâmbios, seminários e pesquisas. Data de vigência: indeterminado.

9.5. França

École Nationale d'Administration (ENA)

Estabelecer vínculos para cooperação nas áreas de educação e pesquisa, fortalecer laços entre as duas instituições de ensino e promover intercâmbio cultural e acadêmico. Vigência: 20/03/2020

9.6. Itália

Roma Trè University - Università Degli Studi Di Roma Trè.

Objetivo: Promover a participação de pesquisadores, alunos e professores em cursos ofertados por essas instituições e em projetos de pesquisas desenvolvidos conjuntamente. Data de vigência: 30.09.2019

10. Inovações Acadêmicas e Metodológicas

O programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito Constitucional do IDP tem apresentado sinais de crescimento. Visando a expansão e o desenvolvimento do programa, o investimento em sua qualidade acadêmica tem se mostrado determinante. Na avaliação da Capes referente à quadrienal 2013-2016, a Área do Direito sinalizou positivamente no reconhecimento do crescimento do curso ao lhe conferir nota 4. A avaliação, no entanto, destacou também pontos nos quais o programa ainda precisar evoluir, a despeito dos inegáveis avanços. Dentre esses pontos consta a melhoria na produtividade acadêmica.

A Área usualmente destaca, dentre todas as publicações em periódicos, aquelas constantes dos estratos mais elevados – A1, A2 e B1. Recomenda-se que o programa volte seus esforços para a publicação nesses estratos. Na última avaliação, a quantidade de artigos publicados nestas revistas foi considerada muito boa. Criticou-se, no entanto, a concentração da produção intelectual em livros.

Com vistas a prestigiar a avaliação e fomentar o crescimento do programa, foram planejadas algumas iniciativas de aumento da produtividade. Primeiramente foi aprovada uma política de produtividade anual a partir da qual são elencados os objetivos do programa como um todo e os objetivos que deverão ser atingidos por cada docente. Visando incentivar a produção de artigos científicos, a principal meta docente é atingir, anualmente, 250 pontos em publicações em periódicos.

Foi aprovada ainda uma política de gratificação como forma de investimento do programa no seu corpo docente. Através da política, os professores deverão receber uma gratificação à cada publicação em revistas Qualis A1, A2 e B1. Deste modo, pretende-se não apenas redirecionar os esforços intelectuais do lançamento de livros para a produção de artigos, como garantir que a produção do curso esteja nas revistas mais prestigiadas academicamente. Nos dois primeiros anos de vigência da política, o programa pretende investir cerca de R\$ 40.000,00 reais anuais na iniciativa. Ao fim do segundo ano, a expansão do investimento será avaliada a partir dos resultados da política.

Junto a essas iniciativas, entendeu-se também pela importância do fortalecimento da estrutura interna de pesquisa. Por esta razão, está sendo discutida a proposta de formação de uma equipe de assistentes de pesquisa. A ideia, em estruturação para implementação ainda em 2017, é de selecionar um conjunto de alunos da pós-graduação *lato sensu* para acompanhar cada professor em suas produções. Deste modo, os professores terão discentes que deverão colaborar para o fortalecimento dos projetos acadêmicos dentro da instituição. Além disso, a iniciativa deverá impactar positivamente na integração entre os níveis de ensino.

A criação de um conjunto de assistentes de pesquisa poderá fortalecer, ainda, o aumento do engajamento docente no PPGD em particular e na instituição como um todo, outra meta institucional para o próximo quadriênio. Por engajamento docente tem se entendido o fortalecimento das atividades acadêmicas como um todo, mas sobretudo as iniciativas criativas voltadas ao fortalecimento pedagógico e de pesquisa. Nesse sentido, a Coordenação tem se reunido com os professores para discutir o aumento e a diversificação na oferta de disciplinas.

Outro ponto estratégico no qual o programa visa investir ao longo da quadrienal é a expansão e fortalecimento dos grupos de pesquisa. Entende-se que a qualidade acadêmica de um programa é resultado direto de sua capacidade inovadora de produção e circulação de conhecimento. Semelhante objetivo só pode ser atingido através do fortalecimento dos espaços de produção conjunta, dos quais os grupos de pesquisa são o grande exemplo.

Por esta razão, entre as metas apresentadas e discutidas com o corpo docente está a regularização dos grupos e o fomento à sua organicidade. Em termos de infraestrutura, a instituição tem se organizado para apresentar um ambiente favorável ao desenvolvimento destas atividades. Por um lado, os assistentes de pesquisa deverão colaborar com os docentes na efetivação dos grupos e de seus projetos de pesquisa. Por outro, a instituição tem discutido

a necessidade de disponibilizar um ambiente físico cada vez mais condizente com as demandas acadêmicas. Prevê-se, então, a reforma das salas dos professores, da biblioteca e de salas de aula interativas. Outra medida em termos de fortalecimento infra estrutural e acadêmico é a expansão da biblioteca e das bases de pesquisa que a instituição assina.